



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 175 - 2ª QUINZENA DE JULHO DE 1999 - R\$ 1,00

CONTRA AS SAÍDAS ELEITORALISTAS DO REFORMISMO:

**ABAIXO FHC e FORA O FMI! COMBATER
O PLANO DE FOME COM A LUTA DIRETA!
ALIANÇA OPERÁRIO CAMPONESA!
FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA!**

**MOBILIZAÇÕES NA
AMÉRICA LATINA**

**A luta de massa contra os
planos do imperialismo
se defronta com a
repressão dos governos
ditos "democráticos"**



Balanco dos congressos da UNE e AFUSE-SP

Quinzena de Luta do Movimento Operário

FORD

Segundo dados apresentados pela imprensa burguesa, dos 2.800 trabalhadores que a Ford pretendia demitir de uma só vez final do ano passado, aproximadamente 1.700 já foram afastados definitivamente da montadora através do chamado PDV. Ou seja, em pouco mais de seis meses, os dados revelam o caráter traidor do acordo fechado com o sindicato que levou à divisão entre os demitidos e empregados e pôs fim ao movimento contra as demissões. Com a renovação do acordo que prorrogou o afastamento até novembro e com as constantes ameaças da montadora e do sindicato que vivem mandando 'cartinhas' para os trabalhadores (que estão em casa há quase um ano), oferecendo-lhes as 'vantagens' de aceitar a demissão, os patrões conseguirão pôr na rua muito mais que os 2.800 pretendidos inicialmente, já que, segundo a direção da Ford, o objetivo é elevar a produtividade em quase 100% para poder manter o 'nível de competitividade'. Em nossa atuação junto ao movimento dos trabalhadores da Ford, fizemos a denúncia constante dessa situação, colocando para os operários a necessidade de adotar medidas opostas às apresentadas pela direção do sindicato, que era preciso preservar a unidade entre os que estavam sendo demitidos e os empregados, que se os operários não partissem para a greve com ocupação real da fábrica, ou seja, para a utilização de seus próprios métodos de luta, abandonando a política de conciliação adotada pelos reformistas que dominam o

aparelho do sindicato, seria certo que os patrões alcançariam seus objetivos em aprofundar ainda mais a superexploração sobre a classe operária.

GM REDUZ JORNADA DE TRABALHO E SALÁRIO

No início deste mês, a General Motors anunciou que reduzirá a jornada de trabalho em suas fábricas em função da 'necessidade de se adequar ao mercado'. Essa diminuição da jornada trata de colocar em ação o chamado 'banco de horas', onde os operários são obrigados a trabalhar em níveis cada vez mais alucinantes para que os patrões possam manter o nível de seus lucros. Tem sido um dos mecanismos utilizados nos últimos anos para aprofundar os ataques desferidos pelos capitalistas às condições de vida das massas. É a chamada 'flexibilização do trabalho', onde os patrões procuram arrancar fatias cada vez maiores dos salários dos operários. Para barrar esse e outros ataques é preciso levantar a bandeira da escala móvel de trabalho, o que significa dividir entre os trabalhadores todas as horas de trabalho existentes.

COSIPA - PARAR A PRODUÇÃO PARA BARRAR O ATAQUE

Os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), de Cubatão, na baixada santista, decidiram, em assembléia, ficar em estado de greve e estão se organizando para parar suas atividades e obrigar a empresa a voltar atrás na decisão de acabar com um dos turnos de revezamento. A medida objetiva aumentar a exploração, fazendo com que os operários trabalhem um dia a mais por semana, sem receber o salário correspondente. A paralisação da produção, além de ser uma necessidade para barrar os ataques às suas condições de vida, coloca em evidência a dualidade de poder entre os parasitas capitalistas e a classe que realmente produz, a classe operária.

VW - OPERÁRIOS PASSAM POR CIMA DA BUROCRACIA, FAZEM GREVE DE QUATRO DIAS E ARRANCAM DA MONTADORA SUAS REIVINDICAÇÕES

Os operários da Volkswagen, em São Carlos, cruzaram os braços por uma semana no início do mês, dispensaram a intervenção do sindicato e elegeram representantes entre eles

mesmos para levar até a montadora as suas reivindicações. A retomada da produção só ocorreu depois que conseguiram arrancar dos patrões um aumento salarial de 5%, para os que ganham até R\$ 800,00 e R\$ 40,00 fixos para os demais, adiantamento da PLR de agosto, diminuição do valor do desconto mensal do plano de saúde, convênio farmacêutico e abono salarial de R\$ 326,00, referente a inflação acumulada entre novembro de 97 e outubro de 98. A experiência demonstra cada vez mais aos trabalhadores que não resta outra alternativa senão passar por cima dos burocratas traidores e tomar em suas próprias mãos a tarefa de desenvolver seus próprios métodos de luta e ação contra os capitalistas exploradores.

PETROLEIROS PROTESTAM E EXIGEM PAGAMENTO DE EXTRAS

Dando prosseguimento à decisão tirada de fazer protestos por todo o país, os petroleiros de São Paulo deixaram de fazer o revezamento de turnos no último dia 9/7, que foi feriado em São Paulo. Os trabalhadores protestaram contra a decisão da Petrobrás de não pagar horas extras em feriados desde outubro do ano passado. Segundo a direção do sindicato, as extras correspondentes aos feriados equivalem para os operários a um mês de salário no período de um ano. Para obrigar a empresa a voltar atrás e pagar o que deve aos trabalhadores, bem como lutar por outras reivindicações é preciso avançar no sentido de organizar a greve geral da categoria e se colocar pela derrubada integral do plano antinacional e antipopular de FHC.

GREVE NA IPT COMPLETA DUAS SEMANAS

Os 1.300 trabalhadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) estão em greve desde o início do mês. A categoria, que tem data-base em 1º de junho, reivindica 2,56% de reposição salarial, produtividade de 6,9%, manutenção dos empregos e de todos os benefícios do acordo feito na convenção coletiva anterior. Os patrões querem cortar vários benefícios sociais do acordo assinado em junho do ano passado. Para alcançar seus objetivos, o movimento grevista precisa ganhar força e radicalidade, de maneira a se colocar abertamente em choque com os interesses patronais.



A greve dos funcionários da prefeitura de São José dos Campos, iniciada na primeira semana desse mês para exigir de reajuste salarial de

23,8%, começou com grande disposição de luta. Logo no primeiro dia de greve houve confronto com a polícia, que tentou impedir os piquetes. A adesão à greve vem crescendo a cada dia e aponta a necessidade de aumentar a resistência para poder dobrar o

governo ante suas reivindicações, bem como da unidade com o restante do funcionalismo, no sentido de construir a greve geral, única forma de quebrar o arrocho salarial que o governo está impondo aos servidores públicos há mais de cinco anos.

Avanço da crise política reforça dilema eleitoralismo x ação direta

O desgaste político do governo FHC é crescente e acompanha o desenvolvimento da crise econômica, que incita as frações burguesas a se chocarem na disputa por fatias do poder estatal e na condução da linha econômica. Destacam-se os dois principais blocos, desenvolvimentistas (liderados por José Serra, Mendonça de Barros etc.) e monetaristas (Malan, ACM etc.), tendo por trás as pressões do imperialismo. As disputas entre os principais bandos capitalistas têm jogado os partidos de sustentação do governo uns contra os outros, e poucos meses após a última eleição já está deflagrada a disputa pela sucessão presidencial. Esse quadro tem enfraquecido FHC, que conta contra si com a quebra do Real, o aumento do desemprego, elevação de tarifas e preços, degradação dos serviços públicos etc.

No interior da burguesia, vão se gestando as alternativas de cunho oposicionista burguês: Itamar Franco, Roberto Requião, Ciro Gomes etc. Buscam o apoio dos setores capitalistas nacionais mais prejudicados com a política abertamente entreguista de FHC. O oposicionismo reformista se esforça para estabelecer uma unidade com eles, com suas propostas de desenvolvimento capitalista voltado ao mercado interno.

A proposta de abertura de processo de impeachment, apresentada pelos partidos PT, PCdoB, PDT e PSB, foi rapidamente rejeitada pela maioria governista. Inviabilizado o caminho puramente institucional, a oposição reformista busca tirar algum proveito do desgaste de FHC. Investe assim em campanhas de incentivo ao desgaste eleitoral, com o objetivo de canalizá-lo para sua votação no próximo pleito. A coleta de assinaturas para um pedido de CPI serve como instrumento de campanha eleitoral antecipada. A adesão à bandeira de Fora FHC é condicionada ao conteúdo de reivindicação de antecipação de eleições e defesa de um governo de frente popular. Nos movimentos e organizações de massa, as correntes reformistas vão definindo mais claramente esse como eixo de intervenção política. O que implica em dizer às massas que suas reivindicações e necessidades mais sentidas serão sa-

tisfeitas por um novo governo, a ser conquistado pela via eleitoral. Que os oprimidos devem se manifestar favoravelmente à antecipação de eleições e à eleição de um governo em unidade aos setores descontentes da burguesia, que supostamente seria progressista em relação ao atual. Em resumo, que as massas devem votar e esperar.

Colocada em prática, essa política leva as organizações de massa à paralisia diante da ofensiva capitalista. Ao invés de organizar, centralizar e unificar as lutas pelas reivindicações imediatas, que se chocam frontalmente contra o plano antinacional e antipopular de FHC, as direções dos movimentos mergulham nas negociatas e conchavos com os capitalistas descontentes. Levam os oprimidos a servir de elemento de barganha nas negociatas entre as frações burguesas. Os capitalistas agradecem o apoio e tão logo tenham algumas de suas aspirações atendidas, se voltarão com tudo contra os oprimidos.

Em oposição a essa tendência, é preciso defender que o combate ao governo FHC só pode ser consequente pela ação direta das massas. A mobilização ao redor das reivindicações, unificada nacionalmente num combate ao plano de fome e miséria de FHC, colocará a necessidade da aliança operário-camponesa, da frente única antiimperialista e da luta revolucionária anticapitalista. Isso só pode acontecer em choque com os capitalistas, incluso aí os descontentes com o atual governo.

A defesa das reivindicações mais imediatas das massas depende do combate às tendências eleitoreiras e impulso à luta direta.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Reforma ministerial reflete desgaste de FHC

O governo promoveu mudanças nos ministérios mais importantes. O processo de trocas de nomes esteve submetido ao desenrolar da crise política e disputa entre os partidos.

O PMDB, em crise interna e com um setor se distanciando definitivamente do governo com vistas às próximas eleições, teve seu ministro Renan Calheiros, da Justiça, como alvo de um ataque sistemático pelos principais partidos da aliança governista, PSDB e PFL. Renunciou um dia antes dos demais ministros e afirmou que se aproximará da ala oposicionista do PMDB. O ministro do desenvolvimento Celso Lafer teve seu nome mantido pelo próprio FHC dois dias antes de cair. Os desenvolvimentistas encabeçavam os que pediam a cabeça de Clóvis Carvalho, da Casa Civil. A reforma ministerial

concretizou-se com uma renúncia formal do ministério, que resultou em poucas mudanças que não afetaram a correlação de forças entre os partidos governistas. Calheiros, que já estava para cair, foi substituído pelo peemedebista José Carlos Dias. Clóvis Carvalho saiu da Casa Civil, mas foi para o almejado ministério do desenvolvimento, bloqueando o crescimento de influência dos desenvolvimentistas. A secretaria da presidência e a Casa Civil foram divididas entre os principais grupos burgueses: Aloysio Nunes, com boas relações com ACM, e Pedro Parente. Ficarão responsáveis para fazer com que as propostas discutidas no Congresso cheguem a FHC já negociadas entre os partidos, a fim de evitar problemas como os ocorridos no caso da "emenda Ford", quando FHC se viu em meio a um fogo cruzado entre ACM e Covas.

Assim, a reforma ministerial, anunciada como a abertura efetiva do segundo mandato de FHC e sua reafirmação, acabou sendo a confirmação de sua fraqueza e a entrega definitiva das fatias do governo aos partidos e grupos apoiadores do governo. Cria melhores condições para que a chefia do governo seja apenas um referendo formal

aos conchavos e negociações entre os bandos capitalistas em choque e procura evitar que os conflitos estourem no ápice governamental, aumentando seu desgaste político.

As poucas mudanças na equipe governamental mostram a permanência da força dos chamados monetaristas no governo, que expressam mais fielmente a política ditada pelo imperialismo. Tende a acentuar as tendências centrífugas dos grupos burgueses com interesses mais ligados ao mercado interno e à exportação, que têm fracassado em sua pressão pela retomada de aspectos protecionistas.

A divisão crescente dos bandos capitalistas impulsiona a crise política e favorece o avanço da luta das massas pelas reivindicações. A contenção da luta pelas direções reformistas ajuda os capitalistas a se acertarem entre si e descarregarem o peso da crise sobre os oprimidos. A linha revolucionária é a de impulsionar a luta direta anticapitalista. Partir das reivindicações mais sentidas das massas e procurar unificar e centralizar as lutas contra o plano antinacional e antipopular. Trabalhar a aliança operário e camponesa e a frente única antiimperialista.

Nacional



Repressão aos movimentos deve ser combatida com mobilização

Mais sete membros do MST acampados desde 19/06 na Fazenda Val de Palmas, em Bauru (SP), foram presos quando transportavam 150 quilos de carne bovina supostamente abatida na propriedade. Prossegue a ofensiva repressiva governamental contra os movimentos. E os setores mais reacionários da burguesia continuam em campanha em defesa de uma repressão ainda mais violenta contra o MST.

Temos denunciado que a repressão sobre os movimentos sociais tem se acentuado. As prisões de dezenas de lideranças do MST pelo país, os processos políticos contra professores secundaristas, as suspensões e processos contra estudantes que se mobilizam nas universidades são parte dessa ofensiva.

A repressão crescente aos movimentos é uma evidência da inviabilidade da democracia burguesa plena nos países capitalistas atrasados. Com o agravamento da crise econômica e política, os governos de fachada democrática são obrigados a recorrer à violência reacionária da repressão e perseguição política de todo tipo.

O objetivo dos capitalistas é in-

timidar os movimentos com a perseguição inicialmente às lideranças. Se conseguem atingir seu objetivo, os repressores não se detêm aí, impondo mais derrotas aos oprimidos.

A resposta à repressão tem de ser o fortalecimento da ação direta e da organização das lutas. A luta contra a repressão tem de ser ligada às mobilizações pelas reivindicações mais sentidas das massas. Não será meramente a via judicial que será capaz de libertar os presos, e sim a pressão popular.

A formação de comitês de luta contra a opressão política e social, que façam campanhas e organizem a resistência, vinculados aos movimentos, é tarefa colocada.

Disputa ao redor da Ford revela divisão no governo

O corte de incentivos à instalação da Ford no Rio Grande do Sul a levou à negociação de sua ida para a Bahia. A imprensa internacional noticiou o fato como uma verdadeira doação de mais de 700 milhões de dólares por ano à multinacional pelo governo baiano. ACM ofereceu à multinacional subsídios, isenções e doação de terreno para a instalação da fábrica na Bahia. Foi necessário apresentar uma emenda constitucional para viabilizar a oferta. Enquanto ACM viabilizava legalmente o favorecimento à multinacional, os governos dos estados do sul/sudeste, principalmente Mario Covas (PSDB-SP), reclamavam da guerra fiscal predatória que se estava institucionalizando.

Mas o principal problema que se colocou veio de fora do país: a chamada "emenda Ford" contraria acordos firmados em nível de Mercosul. E, fundamentalmente, contraria interesses de outras montadoras multinacionais, em especial as européias.

FHC ficou espremido entre as pressões do PSDB de Covas, do PFL de ACM, da Argentina e do imperialismo. Solicitou que se elaborasse um plano de incentivos fiscais que permitisse manter o favorecimento à montadora sem ter de violar os acordos internacionais. Para tal, o governo federal terá de ajudar ACM em sua proposta de doação à Ford.

A disputa entre os estados ao redor da guerra fiscal é uma evidência da farsa da livre concorrência sob a etapa imperialista do capitalismo. Os monopólios impõem as condições para a produção e comércio, muitas vezes exigindo subsídios estatais. Apóiam-se nas desigualdades econômicas para lucrar com elas e acabam acentuando-as. Acrescentam à superexploração do trabalho o parasitismo sobre as contas públicas.

As multinacionais têm necessidade de instalar fábricas nos países atrasados para conquistar seus mercados e para impor a superexploração

do trabalho, executado sob tecnologia ultrapassada e que preserva os lucros nas fábricas tecnologicamente mais avançadas dos países imperialistas.

A burguesia nacional se submete às chantagens das multinacionais, que se apóiam nas características do capitalismo para se impor, como a existência da guerra fiscal e as desigualdades regionais.

O fim da opressão externa sobre o Brasil depende da revolução proletária, que romperá com o imperialismo, e estabelecerá o monopólio do estado operário sobre o comércio exterior, o que extinguirá as chantagens das multinacionais sobre a nação.

Nacional

O fracasso da Cimeira

A tentativa de formação de acordos comerciais através da Cimeira América Latina - Caribe - União Européia (reunião de cúpula entre os chefes de governo do Mercosul, Chile, Comunidade Andina, México e Comunidade Caribenha de um lado, e a União Européia de outro) foi uma necessidade gerada pela crise mundial de superprodução. Esta crise faz com que os mercados sejam cada vez mais estreitos e que por isto os países e blocos imperialistas precisem constantemente disputá-los.

Para a Comunidade Européia, o acordo serviria para obter (com ou sem uma negociação geral) concessões comerciais e maior acesso a diversas áreas de negócios, como a desova de seus produtos industriais, a penetração no setor de serviços, que estão sendo privatizados ou internacionalizados (abertura dos setores de telecomunicações, serviços financeiros e saneamento básico, entre outros) e, principalmente, compras governamentais, sem que seja necessária uma contrapartida.

Para os países participantes do hemisfério americano (em especial o Mercosul), seria uma forma de pressionar pela derrubada das barreiras européias aos produtos agrícolas e primários, além de se constituir em mais uma peça no jogo de zig-zag para não se verem inteiramente abocanhados por um dos dois maiores blocos imperialistas (UE./Nafta), tentando se colocar numa brecha entre ambos,

apoiando-se em seus interesses em choque.

Mas as próprias características da crise impediram sua concretização. A Comissão Européia não conseguiu um amplo mandato negociador. Apenas que as discussões da Cimeira seriam vinculadas ao ritmo da Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (prevista para iniciar em novembro, em Seattle (EUA), e que deverá regular as relações comerciais no próximo milênio), iniciando de fato as negociações sobre barreiras tarifárias apenas em julho de 2001.

O fato de não ter sido dado o aval para uma abertura mais ampla na agricultura, por parte dos países europeus, é consequência do temor de que esta obrigaria a fazer as mesmas concessões na Rodada do Milênio. Por outro lado, a crise das balanças comerciais dos países americanos impediram um acordo em que não fossem liberados de taxas seus produtos mais competitivos, para serem comercializados na Europa.

Esse jogo de interesses demonstra como os chamados "neoliberalismo" e "globalização", com suas políticas de abertura de mercado e quebra de subsídios, são utilizados para fraturar, quando não eliminar, as economias semicoloniais, enquanto os países imperialistas mantêm e elevam ainda mais seu protecionismo e

seus subsídios. A abertura de mercado nas semicolônias não levará a uma superação das crises em que se encontram suas débeis economias, mas justamente ao contrário, será a tônica de uma maior submissão ao imperialismo quer norte-americano, quer europeu.

A única forma efetiva de se resolver a crise mundial capitalista é através da destruição do próprio capitalismo. A necessidade da construção de uma sociedade onde o homem não domine o homem, de onde nações não subjuguem nações, é imediata. Para isto é necessário construir e fortalecer os partidos operários revolucionários em todos os países e instaurar a ditadura do proletariado única forma de democracia para as amplas massas e, no caso latino-americano, construir os Estados Unidos Socialistas da América Latina.



AFUSE-SP: um congresso que não preparou os funcionários para enfrentar o governo

O governo Covas faz um grande ataque aos trabalhadores em educação. A forma principal para diminuir a folha de pagamento é o arrocho ainda maior dos salários. O piso de R\$ 300,00 reais pressiona muitos funcionários a buscar novos empregos e a pedir exoneração do Estado. Isso abre caminho para as contratações (em quantidades reduzidas) pelas APMs e para pagar os salários mais miseráveis ainda (R\$ 150,00). Outra forma de ataque ao emprego é a municipalização. O funcionários ficam adidos, pois os contratos com as prefeituras não os inclui. São obrigados a se transferir ou se colocar à disposição. Porém, os ataques não páram aí. Eles se aprofundam com a Reforma da Previdência (que aumentou o desconto e ampliou o tempo de contribuição) e com a Reforma Administrativa (que quebrou a estabilidade do funcionalismo).

Diante dessas questões, a Corrente Proletária defendeu que o Congresso deveria ter como tarefa fundamental a elaboração de um plano de lutas e a aprovação de nossas reivindicações imediatas. Defendeu as seguintes reivindicações: salário mínimo de 1800 reais, fim da

reforma educacional privatista, plano de carreira discutido amplamente, fim das contratações pelas APMs e da farsa das frentes de trabalho. Defendeu o emprego a todos, aposentadoria especial aos funcionários, estabilidade e reajustes automáticos.

Para conquistar essa pauta de reivindicações, a Corrente Proletária apontou o método da ação direta (greve, ocupação, manifestação de rua). Deixou claro que para barrar a ofensiva do governo é necessário a unidade dos trabalhadores.

O que foi o Congresso para a Diretoria da AFUSE?

A diretoria da AFUSE apostou e preparou um Congresso distracionista. Por isso, organizou o mesmo em um local de luxo e de muito lazer (música, muita comida etc.). Substituiu os debates em grupo e as plenárias pelos discursos demagógicos dos deputados, a exemplo de César Calegari (PSB), Maria Lúcia Prandi (PT), Marta Suplicy (PT). etc.

Qual a consequência de um congresso dirigido de forma festiva?

Para os funcionários significou a manutenção do arrocho salarial, a demissão e as contratações sem vínculo empregatício. Isso por que a tese da diretoria, aprovada pelo congresso, tinha como reivindicações: piso salarial de 5 salários mínimos e a algumas gratificações. Ou seja, nenhuma melhoria salarial.

Nas questões educacionais, a tese aprovada engana com o palavreado de melhorar a reforma educacional do governo. Ou seja, apenas mudar os pontos negativos. A exemplo da municipalização. Não se opõe à municipalização como parte da reforma educacional privatista da escola pública, mas sim por demitir funcionários. Daí a orientação da burocracia sindical de pres-

sionar o cumprimento da LDO (Lei de Diretrizes do Orçamento), de manter o Salário-Educação e participar dos Conselhos Municipais de educação.

A diretoria continuou com o método das pressões ao Parlamento (atos na Assembléia Legislativa etc). Com isso se opôs aos métodos próprios dos trabalhadores, a exemplo da greve. A nossa experiência, nesses dois anos que pressionamos os deputados, já mostrou o fracasso desse método. Não obtivemos nenhum resultado. Por mais que a direção rebaixasse nossas reivindicações para facilitar a negociação com o governo. Este continuou impondo a reforma do ensino e atacando a vida dos funcionários da educação.

Construir a Oposição para lutar contra o governo e os burocratas.

Nossos Congressos têm sido um espelho da burocratização do sindicato. Uma diretoria afastada da realidade é incapaz de apontar a luta direta contra o governo. Utiliza-se do aparelho sindical para fazer demagogia eleitoral com os candidatos reformistas. Usa o sindicato para fins pessoais, não levando em conta o arrocho salarial e as péssimas condições de trabalho em que vive a categoria. Evita a discussão sobre os salários para não ouvir críticas a sua atuação. Assim, os congressos terminam como começam. A propostas são sempre as mesmas: negociações infundáveis e nenhuma solução para barrar a miséria que assola os funcionários.

Neste sentido, é urgente a construção de uma Oposição, assentada sobre um programa classista e de luta. Um programa que parta das reivindicações mais elementares, que organize os funcionários para decidir os rumos do movimento e que lute pela unidade dos trabalhadores para derrubar os planos governamentais.

Educação



Imobilismo do PSTU e PT boicota a luta contra o estatuto

Como é do conhecimento de grande parte dos estudantes da UECE (Universidade Estadual do Ceará), a Reitoria está mudando o estatuto da universidade. A nova proposta de Estatuto redigida pela reitoria e imposta a toda universidade traz inúmeras perdas para os estudantes, dentre elas o estabelecimento de taxas escolares, a proibição dos alunos de se organizarem politicamente na universidade (característica das ditaduras fascistas), a concentração de poderes nas mãos do Reitor e presidente da FUNECE, Manassés.

O tal estatuto tinha como prazo para ser aprovado até o dia 31/05. Mas o que faziam as direções estudantis ao invés de organizar os estudantes especialmente na semana final? Onde estava o DCE (dirigido pelo PSTU) que deveria estar chamando os CA'S a se reunirem? Onde estavam os CAs dirigidos pelo PSTU e pelo PT? Da parte destas referidas corren-

tes só restava o silêncio. Se dependesse de tais correntes políticas, o estatuto seria aprovado em 31 de maio e não haveria resposta nenhuma.

A Corrente Proletária Estudantil (POR), o CA de Geografia, e o de Nutrição tiveram que convocar um Conselho de Entidades (reunião de CAs c/ DCE), ao qual vieram 04 CAs (Geografia, Pedagogia, História e Nutrição). Os CAs participantes acordaram, tendo em vista a imobilidade do DCE, o chamamento de uma Assembléia Geral para o dia 31/05 (dia em que seria aprovado o estatuto).

O DCE, que foi convidado ao conselho e não apareceu, posteriormente veio questionar a legitimidade da convocatória do conselho de entidades, bem como acusou a Corrente Proletária Estudantil de querer dividir o movimento chamando a Assembléia Geral de Estudantes. Ora, se temos um estatuto a ser aprovado da data

do conselho a poucos dias e se o imobilismo das direções é notório, estas se negam a organizar a luta, os estudantes não podem ir a reboque dessa política criminosa. Por isso tal acusação é no mínimo sem fundamento, especialmente quando vinda da direção DCE, que nem sequer organizou uma ida aos blocos para convocar os alunos a lutar contra o estatuto, muito menos um conselho de entidades. Sorte nossa a aprovação foi adiada para até 30 de junho.

A Corrente Proletária Estudantil defende que só a ação direta pode barrar o estatuto. E neste momento temos que organizá-la.

Nacional

Professores Universitários de Mossoró /RN

Assembléia sobre o Plano de Cargos e Salários Esvaziada

A assembléia dos professores universitários de Mossoró iniciou com 27 sócios e terminou com 7. A falta de mobilização e de um trabalho de organização na categoria foram os motivos do esvaziamento.

Nesta Assembléia a direção do Sindicato (PCdoB/PT/PPS) acabou revelando sua verdadeira cara, a de colaboradora com a reitoria, representante dos interesses da burguesia e defensora do cerceamento da democracia sindical.

Já no ponto sobre a Privatização do Hospital Universitário (endoçada pelo reitor), a direção traidora de nosso sindicato já mostrava como era a sua democracia. Nesta discussão, foram convidados os companheiros do Sindicato da Saúde para falar sobre a questão da privatização. Mas a cada falação dos companheiros, a diretoria de nosso sindicato colocava em votação da Assembléia, não deixando que os companheiros da saúde terminassem seu raciocínio e mostrassem para a nossa categoria porque eram contra a privatização. Foi preciso uma intervenção da Corrente Proletária na Educação para que fosse aprovada a proposta dos camaradas

falarem sem nenhuma interrupção.

O auge da Assembléia foi a discussão do Plano de Cargos e Salários da categoria. Aqui o cerceamento da democracia sindical alcançou seu mais alto nível, só aceitando destaques da proposta apresentada do Plano de Cargos e Salários que já tinha sido por entregue em data anterior à Assembléia.

Apesar da Corrente Proletária ter defendido a necessidade de que fosse lido ponto por ponto o projeto e de que qualquer companheiro poderia apresentar destaques, esta proposta foi vencida por 11 votos contra, 7 a favor e 6 abstenções.

A proposta apresentada introduzia a questão da avaliação por desempenho e eliminava a ascensão na carreira por tempo de serviço. Sabemos o que a avaliação por desempenho representa justificar a demissão de professores, a diminuição de verbas e o fechamento de cursos e escolas. É uma exigência da LDB privatista. Submeter-se a ela é aceitar a proposta neoliberal para a educação.

É isto que a direção de nosso sindicato fez ao colocar princípios

quantitativos para a avaliação do desempenho de docentes, se submetendo ao governo e à destruição da educação.

Já a retirada da ascensão por tempo de serviço, é uma traição já que foi uma conquista histórica de nossa categoria. O argumento da direção de que o artigo 7º garante a ascensão por tempo de serviço é um engodo. A ascensão se dará apenas por titulação e entre os níveis "mediante a avaliação de desenvolvimento acadêmico". Novamente a diretoria do sindicato enganou a categoria.

Diante destes acontecimentos, é necessário organizar uma Oposição Revolucionária à esta direção reformista e colaboracionista em nosso sindicato.



Implementação dos Projetos Aceleraram a Privatização

Os projetos que estão sendo implementados nas escolas (PDE, FUNDEF etc..) e que estão contribuindo para acelerar a privatização do ensino são imposições dos países imperialistas aos países semicoloniais como o Brasil. A consequência de tudo isto, é a superexploração do trabalho nas escolas, desemprego acelerado dos trabalhadores da educação, cobrança de taxas como uma forma de tentar manter as escolas funcionando, superlotação das salas de aula, jornada de trabalho estafante, atraso de pagamento e salários que não dão para sobreviver.

A privatização do ensino vem sendo implementada desde o ensino fundamental ao ensino superior. As Universidades pequenas, como

é o caso da maioria dos Estados da região Norte, vem se mantendo com dificuldades em virtude do crescente corte de verbas. No Estado de Rondônia deixa de oferecer cursos que já estão sendo oferecidos pelo ensino privado, ou a cobrança de altas taxas como está previsto para o 2º semestre nos cursos da UNIR.

Ao mesmo tempo em que o Estado procura se livrar do ensino público, aumenta a repressão pelos defensores deste, um dos casos mais dramáticos neste sentido vem acontecendo nas escolas municipais de Porto Velho, onde vários diretores tem se portado como verdadeiros tiranos para com os servidores da educação. Dentre estas escolas, tem se destacado a direção do: Instituto Municipal de Educação ("Professor" Geraldo); da Escola Municipal Joaquim Vicente Rondon ("Professor Rocha"); da Escola Municipal Maria Izaura ("Professor" Getúlio e "Professora Iris Brandão") e da Escola Municipal Senador Olavo Gomes Pires ("Professor Orici"). Este último, por ocasião das últimas mobilizações da categoria conseguiu a supervisora do turno matutino, a professora Maria das

Graças (ameaçada de violência física) e que após a denúncia deste fato, a companheira Graça foi punida sendo devolvida para a SEMED.

Estes fatos que estão ocorrendo dentro da escolas não são fatos isolados, fazem parte da expressão da luta de classes, que com o acirramento da crise capitalista mundial é retomada com mais intensidade. Por tais circunstâncias é urgente a necessidade da unificação de todos os explorados e que as direções das entidades de luta assumam uma posição revolucionária lançando mão dos métodos de ação direta das massas (greves, ocupações, bloqueios, manifestações de rua, etc) Estes, são cada vez mais necessários como forma de luta pela destruição deste sistema que vem provocando os profundos problemas que afligem as massas.

É preciso lutarmos pela construção da Frente Única Antiimperialista como forma de derrubar o pacote FHC/FMI e como parte da luta pela destruição do capitalismo e construção da sociedade socialista, através da revolução social construída por Intermédio da aliança operário-camponesa.

Unir - Rondônia

Estudantes

Universitários Contra a Privatização do Ensino

Os estudantes da Universidade Estadual de Rondônia (UNIR) estão em processo de mobilização contra a privatização da Universidade, este está sendo implantado pelo governo através de um falso projeto de "Autonomia Universitária" que ao invés de dar liberdade para o desenvolvimento dos cursos, obriga a universidade a gerar recursos para garantir os cursos, iniciando com isto a cobrança de taxas mensais aos alunos, além de elevar todos os preços, como o do restaurante.

Professores de Ceará-Mirim/ RN

Organizou-se a I Conferência Municipal da Educação.

Com o Tema "Crise do Capitalismo, Crise da Educação" a Corrente Proletária na Educação propôs a realização em Ceará-Mirim da I Conferência Municipal da Educação. Esta ocorreu nos dias 19 e 20 de julho. Os pontos para as mesas de debate foram os seguintes: Fundef; Reforma do 2º Grau, LDB e as Reformas da Educação, encerrando com um painel acerca das Saídas para a Crise da Educação.



Política eleitoral predomina no 46º Congresso da UNE

O 46º CONUNE, realizado em Belo Horizonte de 30/06 a 04/07 contou com a participação oficial de cerca de 2600 delegados credenciados, portanto um Congresso relativamente pequeno. Os pontos centrais das discussões foram a bandeira central para a conjuntura (Fora FHC), o Creduc, as filantrópicas, as carteirinhas obrigatórias e a forma de eleição da direção (diretas ou congresso). A burocratização do congresso se expressou de diversas formas, desde as fraudes no credenciamento (delegados "riscados" do mapa, invasão do local de credenciamento pelo PCdoB após encerramento etc.) até o estabelecimento de um grande "consenso" entre as correntes ao redor da maioria das propostas apresentadas, negociado na comissão de sistematização pelos seus dirigentes e apresentado à plenária como questão fechada. Discussão política só houve nos grupos de discussão, num único dia. Na quinta-feira houve só a homenagem a Fidel Castro. No sábado, a manhã serviu para se montar um palanque para todo tipo de politiquês, como Roberto Requião, Newton Cardoso, Leonel Brizola e até um parlamentar do PFL. Na tarde e noite, realizou-se às pressas a votação dos pontos polêmicos, ficando para domingo apenas a eleição da direção e votações em cédula sobre as questões de votação mais equilibrada (eleição da direção, carteirinha).

Sobre as resoluções aprovadas:

Consenso: a esmagadora maioria das propostas apresentadas foi acomodada aos interesses das correntes e ficou esvaziada de conteúdo. Destacamos duas propostas bastante ruins: a que abre possibilidade para apoiar a cobrança de taxas "acessi-

veis" para novas moradias (portanto pagas) e a que leva a UNE a fazer propostas para a ALCA imperialista.

Conjuntura: houve uma grande unificação ao redor da bandeira do Fora FHC, por eleições gerais. O PCdoB e a Articulação, que antes eram contrários, agora estão defendendo. Algumas correntes que condenavam o eleitoralismo antes, agora mergulham de cabeça nele. Mas essa unidade não se refletiu numa resolução única, ao contrário, a polémica entre as correntes se manifestou na forma do governo a ser defendido: governo democrático e popular (PCdoB/PT), democrático e popular sob controle dos trabalhadores (bloco), assembléia constituinte (OT), diálogo nacional (PPS). Venceu a proposta reformista mais pura do governo democrático e popular.

Essa unidade comprovou nossa previsão de que haveria uma grande união ao redor do Fora FHC e contra a via da ação direta, reafirmando o acerto da política do POR.

Educação: A maioria se colocou pela ampliação do Creduc, que é um instrumento de expropriação dos alunos e enriquecimento das escolas particulares e dos bancos. A oposição se colocou pela reavaliação do Creduc, por um Creduc apoiado nas loterias etc. Mostrou-se incapaz de defender com consequência o direito ao ensino para todos, que só pode vir com o fim do Creduc e a estatização sob controle da comunidade universitária. O mesmo ocorreu com as filantrópicas.

Movimento estudantil: o PCdoB retirou de votação as propostas que a plenária indicou que seriam reprovadas: a indicação de um membro da UNE ao Conselho Nacional da Educação do governo, e a unificação das carteirinhas nacional e internacio-

nal. Foram duas das três votações em que a Articulação não votou junto ao PCdoB. A outra foi em relação às eleições diretas para a diretoria, que acabou perdendo por pouco. Se aprovadas, dariam um golpe de misericórdia aos congressos, que teriam papel decorativo e formal, porque quem determinaria a política da UNE seriam os currais eleitorais dos maiores partidos, em especial o PT. O bloco de esquerda votou pelas diretas, 45 dias depois de ter votado em Congresso em São Paulo. A manutenção das carteirinhas obrigatórias contou com a aprovação da Articulação, que é responsável por sua permanência.

A eleição da direção manteve o PCdoB na direção da entidade, com participação minoritária dos grupos de oposição. Destaque para a grande unificação de uma chapa de oposição, com o bloco, OT e até o PCO.

O Congresso mostrou a necessidade da construção de uma autêntica oposição revolucionária a atual diretoria da UNE, construída a partir de um claro programa que aponte a via da ação direta, a defesa autêntica do ensino público e gratuito para todos (estatização da rede privada sob controle da comunidade universitária) e democracia estudantil.

PSTU vota a bandeira de governo democrático e popular

Na plenária da oposição Rompen-do Amarras no sábado, as correntes abriram uma discussão sobre como precisar a bandeira do Fora FHC, apontando o caráter do governo que o deve substituir. A primeira falação foi do PSTU, que defendeu o governo dos trabalhadores, mas de antemão já faria uma "concessão" de apontar a bandeira acordada no último Conneg, em São Paulo, que colocava o "governo democrático e popular dos trabalhadores", forma híbrida entre a estratégia petista e a centrista.

As demais correntes do bloco, petistas, insistiram em definir melhor o caráter do governo, caracterizando-o claramente como democrático e popular, ou seja, resultado de uma frente popular vitoriosa nas eleições. O PSTU, que inicialmente não abria mão de sua proposta, logo a seguir, sempre em nome da unidade, declarou que votaria na bandeira proposta pelos petistas: governo democrático e popular sob controle dos trabalhadores.

A renúncia à bandeira estratégica em nome da unidade é uma confissão

do PSTU de seu centrismo. Embora a bandeira de "governo dos trabalhadores" seja voltada para a via eleitoral, assim como a de "governo democrático e popular", difere desta por defender uma aliança eleitoral sem os partidos burgueses. A aceitação do PSTU anula sua oposição às alianças eleitorais com os Brizolas, Arraes etc.

OPERAÇÃO
Educação



Como derrotar FHC?

Praticamente todas as teses apresentadas ao 46º Congresso da UNE colocaram a necessidade de combater o governo FHC, destruidor da educação. Vistas superficialmente, poderíamos julgar que existe um grande acordo sobre essa que é a questão central da conjuntura. Mas, avaliando com atenção todas as propostas, constatamos as diferenças.

Seria fundamental que o CONUNE debatesse com profundidade e clareza essa questão, porque ela determina a linha geral que seguirá a entidade no próximo período.

A tese da maioria da atual direção, Refazendo (PCdoB), apresentou-se agora como defensora do FORA FHC, pela antecipação das eleições presidenciais. Anteriormente, no CONEG e CONUEE/SP, por exemplo, se contrapôs a essa formulação, apontando a necessidade de ir unindo forças para derrotar o governo nas próximas eleições (BASTA DE FHC, UNIDADE PARA DERROTAR FHC). A mudança de posição acompanha a mesma atitude do PCdoB, que recentemente se juntou ao PT e PDT para pedir, via parlamento, o impeachment de FHC. A essência da política proposta é a de que o movimento estudantil deve se colocar pela pressão institucional sobre o Congresso Nacional a fim de que este aprove a remoção de FHC e antecipação das eleições.

A chamada oposição (Rompendo Amarras) já vinha defendendo a bandeira do FORA FHC, ELEIÇÕES JÁ há tempo. A corrente mais "radical" da oposição (Reviravolta/PSTU) ajustou sua linha com a proposta de eleições gerais, não só para presidente, mas para todos os cargos, incluído o Congresso.

Formou-se então uma unidade objetiva entre situação e oposição, na defesa de colocar a reivindicação da antecipação de eleições

como centro da política da UNE.

Colocada em prática, essa política levará a UNE e o movimento estudantil a depositarem todas as suas forças e confiança sobre a solução da atual crise política no parlamento corrupto. Fará a entidade se colocar a reboque das disputas entre os bandos capitalistas descontentes, que, tão logo tenham alguns interesses satisfeitos, se juntarão e voltarão com toda força contra as reivindicações estudantis. A posição eleitoreira desarmará os estudantes para enfrentarem a atual situação. A política de conciliação de classes (unidade/submissão a setores da burguesia) só pode conduzir o movimento à derrota, como a história tem cansado de provar e comprovar.

Já está claro que os partidos governistas vão utilizar sua maioria para preservar a permanência de FHC. E mesmo que aprovassem a antecipação de eleições, seria o poder econômico quem novamente determinaria seu resultado.

Os estudantes não devem confiar na via eleitoral e na pressão institucional sobre os parlamentares para resolverem seus problemas. Para combater o governo FHC de verdade, na prática, temos é de tomar a solução dos problemas em nossas próprias mãos. Não será votando nesse ou naquele parlamentar ou governante que será possível defender a educação. O combate ao governo FHC e ao FMI se faz é com a luta nacional de massa contra seu plano econômico, antinacional e antipopular, de fome e miséria, no seu conjunto. Serão as greves, ocupações de fábrica, de ruas e de terras, manifestações de massa, a greve geral, enfim a unidade na luta entre operários, camponeses, estudantes e demais oprimidos que, lutando pelas suas necessidades mais sentidas, entrarão em choque com o governo, os capitalistas daqui e o capital financeiro internacional e abrirão caminho para colocar abaixo FHC e expulsar o FMI. Posta em prática, essa luta constituirá uma frente única antiimperialista, estabelecerá a aliança operário-camponesa-estudantil e apontará para a revolução proletária e o governo operário e camponês.

Equador

Volta ao trabalho dos caminhoneiros não põe fim à luta contra o governo

Depois de 12 dias, terminou a greve nacional do setor de transportes (taxistas, motoristas de ônibus e caminhoneiros), devida ao aumento do preço dos combustíveis (13,1 % em julho), que ganhou a adesão das outras categorias. Em 16/07, 4 mil indígenas aderiram ao protesto iniciando uma passeata até Quito para exigir melhoria na educação e serviços públicos e mudanças na economia e foram reprimidos com bombas de gás lacrimogêneo ao entrar na cidade.

Apesar do governo recuar no aumento dos combustíveis, de prometer congelá-lo até dezembro, das renegociações das dívidas do setor, e de prometer uma negociação com os índios (40% da população), existe a expectativa de novos choques.

O governo decretou estado de emergência por 60 dias, mas este foi cassado pela Oposição no Congresso. O governo tenta negociar com a oposição para poder controlar (reprimir) melhor os movimentos. A tendência destes é

que continuem em luta contra as medidas pró-imperialistas do governo do democrata-popular, de "centro", Jamil Mahuad.

as mobilizações foram detidas 543 pessoas, anistiadas depois pelo Parlamento. Só em Quito, 108 pessoas foram feridas em choques com os militares e a polícia. Estes números demonstram a força e a radicalidade que o movimento assumiu e ainda as manobras governamentais no sentido de evitar novas mobilizações, afirmando que estas poderiam desestabilizá-lo.

A mobilização de tropas do exército para reprimir os populares e os milhares de camponeses que se dirigiam à capital mostra a tendência dos governos latino-americanos em se utilizarem da repressão cada vez mais violenta contra as ações de massa. Se no passado essa repressão era guiada por governos militares, agora são as ditaduras civis, de classe, da burguesia (ditas democráticas) que empunham o tacão contra os oprimidos.

Os oprimidos têm de se unir e varrer pela via revolucionária com os charlatões capitalistas que lhes vêm pedir votos nas eleições e lhes jogam os tanques e fuzis quando reivindicam o elementar para a sobrevivência.



O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciadas no massas n.º 160.

A Imprensa Partidária

Sob a responsabilidade e direção do Comitê Central se editam um órgão periódico central, uma revista teórica, livros e panfletos. A revista tem a finalidade de analisar os problemas da teoria com relação ao país e assentar a orientação partidária neste terreno.

A Natureza do Jornal

O Partido tem um órgão central, "Masas", e boletins publicados pelos Comitês Regionais e inclusive pelas células (fabris, universitárias, docentes etc.). Em meio a esta multiplicidade de publicações, a que dá a linha oficial é o Órgão Central e está a cargo de uma equipe designada pelo Comitê Central. "Masas" expressa esta linha e não a nenhuma outra coisa, é pois sua voz autorizada. Os militantes, simpatizantes e trabalhadores em geral sabem o que pensa o POR lendo seu órgão central. Por estas considerações sua elaboração é um trabalho partidário e deve haver o máximo cuidado nele.

A linha política do periódico está determinada pelo programa do Partido e pelos acordos adotados por suas instâncias superiores, ainda que na parte formal tenha muito a ver com a equipe que o redata. "Masas" aparece ininterruptamente, desafiando as dificuldades organizativas do partido: é parte da própria história do Partido, cumpre a função do cadinho no qual o programa é fundido e faz o balanço da atividade diária (tanto a positiva como a negativa), nesta medida seu papel é importante e insubstituível.

Como não pode ser de outras forma, a linha política de "Masas" é unitária e sem fissuras, nesta medida não reflete as discussões internas, que têm nos Boletins Internos seu próprio canal de expressão. Sendo o Programa do Partido o marco que delimita a linha do Órgão Central, é claro que este não pode dar acolhida às tendências e frações, que são tais na medida em que apresentam discrepâncias com a direção e políticas centrais. Seria errôneo buscar uma linha intermediária entre o programa em vigência e as posições divisionis-

tas ou propor que o periódico não trate das questões conflituosas com as frações e se limite a registrar informações inócuas. Se o periódico traduz a linha programática em vigência, é inevitável que entre em choque com as teses fracionistas. O que urge é que a militância e os trabalhadores saibam com toda claridade qual é o pensamento oficial do Partido sobre os problemas colocados.

O caráter e a forma do periódico variam conforme a situação política que se vive. Nos grandes ascensos de massas, quando estas são donas das ruas, o objetivo central é a agitação e a esta tarefa estará dedicado preferencialmente o periódico. Escreve-se para as grandes massas e o Partido organiza a chegada do periódico até elas. Seus artigos serão breves e exequíveis para os setores majoritários, inclusive para aqueles que recém despertaram para a atividade política.

Nos períodos que seguem as derrotas, nas etapas de depressão do movimento de massas, a finalidade central é a propaganda paciente e o balanço teórico e político de todo fato e a análise das perspectivas. Escreve-se para setores minoritários, para os que estão próximos do Partido e para a própria militância deste. As análises teóricas e necessariamente amplas dão certa aridez ao periódico.

Quando se trata de apresentar idéias políticas, teóricas e nosso programa, se deve procurar utilizar uma linguagem sensível, mas de forma alguma é permitido amputá-los ou rebaixá-los até o nível da inconsciência dos setores mais baixos da classe. O objetivo do trabalho consiste em coadjuvar para que a classe se eleve até o nível do programa trotskista.

No próximo número falaremos sobre o trabalho coletivo no periódico.

Internacional



Bolívia:

Estudantes protestam contra o corte de verbas da educação

No último dia 16/07, estudantes bolivianos saíram às ruas de La Paz para protestar contra o corte de verbas à educação pelo governo. A manifestação teve de se deparar com a repressão policial do fascista Banzer, mas resistiu e os enfrentou. A imprensa noticiou que os estudan-

tes acabaram levando a melhor, aplicando uma sova nos subordinados de Banzer.

A luta na Bolívia contra a destruição da educação tem ganhado radicalização pela influência política da direção trotskista do Partido Operário Revolucionário.

Mobilizações por todo o mundo atestam resposta das massas ao avanço da crise capitalista

A segunda semana de julho esteve marcada por manifestações populares em diversos países, principal-

mente na América Latina. Em geral, as mobilizações ocorreram em resposta a medidas governamentais de ataques às condições de vida das massas, como aumentos de preços ou cortes de orçamentos públicos. Estas são medidas voltadas a atenuar o agravamento da crise econômica, que se generaliza pelo continente. O avanço da crise pelo continente se expressa no esgotamento das políticas neoliberais de sustento artificial do parasitismo financeiro, e tem por trás as tendências recessivas na economia mundial.

O crescimento da economia norte-americana tem sido o principal apoio para o capital financeiro internacional. Mas esse crescimento tem se mantido de forma irregular e artificial. Há uma previsão consensual de que os títulos e ações negociados no mercado financeiro estão supervalorizados e terão de sofrer um ajuste, ou seja, uma grande desvalorização. Esse processo de quebra deve materializar um processo recessivo, que já está latente.

A valorização artifi-

cial é um dos principais mecanismos de sustento das políticas neoliberais no continente. O problema é que, para mantê-la, é preciso remunerar fortemente o capital financeiro internacional. O que leva os governos aos cortes de gastos com serviços públicos, elevação de impostos, privatizações etc. Esse processo

leva os estados nacionais à situação de explosão do endividamento e esgota-se em pouco tempo, pela debilidade econômica dos países atrasados. O último elo da cadeia se rompe com a desconfiança externa sobre a capacidade de prosseguir com o sustento do parasitismo e com o desgaste do crédito internacional, que leva os países à impossibilidade de saldar seus compromissos com os investidores. Foi o caso extremo do México em 1994.

Nos últimos meses, temos assistido a uma série de manobras dos governos latinoamericanos com o objetivo de conter a aceleração da crise. As desvalorizações de moedas, aumento e criação de novos impostos e elevação dos cortes aos serviços públicos têm sido os instrumentos para levantar dinheiro para entregá-lo aos parasitas.

No Brasil, vimos o retrocesso histórico nas bolsas de valores seguido da desvalorização do Real, da prorrogação e elevação da CPMF e aumentos de preços de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Na Argentina, as bolsas caíram 7% e o governo tentou impor o aumento dos combustíveis tendo



de retroceder pelo movimento que paralisou o país por mais de dez dias. Na Venezuela, a moeda caiu 5% em uma semana. No Equador, o governo teve de se defrontar com a greve geral de 12 dias contra os aumentos de combustíveis

s. Na Bolívia, estudantes saíram às ruas para protestar contra os cortes na educação.

A mobilização é generalizada, embora com as devidas particularidades. O avanço da crise mostra que trata-se de uma tendência que se impõe, e atingirá mais profundamente o Brasil. As manobras de obter recursos externos e o bloqueio imposto pela burocracia sindical às organizações de massas têm servido de válvula de escape para as tendências mais profundas da crise. Mas ela ainda se manifestará. Seu limite final está no esgotamento do crescimento norte-americano, que imporá uma recessão mundial com quebras, e não será possível conter a contaminação com medidas paliativas.

As massas terão de responder aos ataques ainda mais violentos que os atuais às suas condições de vida. E terão de superar o bloqueio imposto pelas direções burocratizadas. É tarefa do partido revolucionário ajudar as massas a superarem esse entrave e tomarem em suas próprias mãos a resolução de seus problemas.

